



DIÁRIO

da Assembleia da República

V LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1988-1989)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 28 DE OUTUBRO DE 1988

Presidente: Ex.^{mo} Sr Vítor Pereira Crespo

Secretários Ex.^{mos} Srs Reinaldo Alberto Ramos Gomes
Claudio José dos Santos Percheiro
Daniel Abílio Ferreira Bastos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 40 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do projecto de lei n.º 306/V.

Foi aprovada a proposta de resolução da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação que dá assentimento à viagem de carácter oficial do Sr. Presidente da República a Paris.

A proposta de resolução n.º 8/V — Aprova para ratificação uma emenda relativa aos Estatutos do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento — foi aprovada na generalidade, tendo intervindo, a diverso título, além do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças (Faria de Oliveira), os Srs. Deputados Octávio Teixeira (PCP), João Cravinho (PS), Belarmino Correia (PSD) e Natana Coissoso (CDS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 11 horas e 10 minutos.

O S **Presidente** — Si Dep tado temo quorum
pelo que lecla o abe ta a sessao

E m 10 ho as e 40 minutos

E ta a n presente os seguintes S s Deputado

Partido Soc al Democrata (PPD/PSD)

Ab l o de Mesqu ta Araujo Guedes
Ad r to Manuel Soares Campos
Ad iano Sil a P nto
Alb rto Cerque ra d Oli eira
Alberto Monteiro de A aujo
Al aro Corde o Damaso
Amand o dos Anjos Gomes
Amand o Santa C uz D Basto Oli eira
Antonio Abilio Costa
Antonio Aug st o Ramos
Antonio de Car alho Mart ns
Antonio Costa de A de Sousa Lara
Antonio Fernandes Ribe ro
Anton o Joaqui m Corre a Vairinhos
Antonio Jose Cac ro da Mota Veiga
Anton o Jose de Ca alho
Anton o Jose Coelho Araujo
Anto o Man iel Lopes Ta ares
Anton o Ma a Ol ra de Mito
Antonio Mar a Pereira
Antonio Mar o Santos Co mbra
Anton o Paulo Martins Pere ra Coelho
Anton o Roleira Marinho
Antonio Serg o Barbosa de Aze edo
Antonio da Sil a Ba elar
Arist de Al es do Nascimento Teive ra
A l do da Sil a Andre Mo eira
Armando de Ca alho Gue eiro C nha
Arma do Manuel Pedroso Militao
Armen o dos Santos
A naldo Angelo Brito Lhamas
Bela mino He r que Co eia
Carla Ma ia Tato Dog
Carl Alberto Pinto
Carlos Lel s da Camara Go ical es
Carlos Manuel Duarte de Ol e a
Carlo Manuel Sousa Encarnao
Ca los Mguel M de Alme da Coelho
Ca los Sa rimento Esmeraldo
Casim o Gomes Pere a
Cec l a P ta Catarino
C to ao C ier e ro Norte
Daniel Abil o Fe e ra Basto
D nah Se ao Alhandra
Dom ngos Duarte L ma
Domingos da Sil a e Sou a
E cilia Dom ngos M P R beiro da S l a
E ar sto de Almeida Gue de Ol e ra
Ferna do Barata Ro ha
Fernando Jose Antunes Gome Pere ra
Fernando Jose R Roque Co reira Afonso
Fe nando Manuel Al es Ca doso Ferre ra
Fernando Monte o do Ama il
Fil pe Manuel S l a Ab eu
Francisco Joao Bernard o da Sil a
F an i Meides Costa
Gilbe to Pa a Mada l
Gu d O l ando de Fr tas Rodr gue
Cul he m He r que V R d gues da S l
Henrique Na mento Rod g es

Hilar o Torres Aze ed Ma q
Humbe to P es Lopes
Jaime Go nes M l l omens
Joao Al aro Poas Sa ito
Joao Costa da Sil a
Joao Domingos F de Abreu Sal ado
Joao Cranja Rodr gue da Fonseca
Joao Jose Pedreira de Matos
Joao Jose da Sil a Maas
Joao Maria Ferreira Teixeira
Joao Soares P nto Montene o
Joaquim Edua do Gomes
Joaquim Fernandes Marques
Joaquim Vilela de Araujo
Jorge Paulo Seab a Roque da C i ha
Jose Alberto Pu g dos Santo Co ta
Jose de Almeida Cesa io
Jose Al aro Machado Pa he l e e a
Jose Angelo Ferreira Co i e a
Jose Anton o Coito Pita
Jose Assunao Marques
Jose Aug isto Ferre ra de Campos
Jose Augusto Santos S l a Ma q es
Jose Francisco Amaral
Jose Guilherme Pe eira Coelho d s Re
Jose Julio Vie ra de Me q ta
Jose Lapa Pessoa Pai a
Jose Le te Ma hado
Jose Lu s Bon lacio Ramos
Jose Lui Campos Vie i de Castro
Jose Lu s de Car alho Lalanda R bei
Jose Ma uel da Sil a To
Jo e Ma o Le ios Dam i
Jose Meides Bota
Jose Pe e ia Lopes
Jose de Vargas Bulc o
L oia do Eugen o R be o de Alme da
L cin o More ra da S l a
L is Anton o Mart ns
Luis Filipe Ga ido Pa de Sousa
Lu s Filipe Me izes Lop
Lu s Manuel Costa Geralde
Luis Manuel Ne es Rod gu s
Lu s da S l a Ca alho
Manuel Anton o Sa Ferna d
Manuel Coelho do Santo
Manuel Fe reira Mart ns
Man el Joao Vaz l
Ma uel Joaquim Bat sta Ca do o
Mai el Joaqui m Dias Loure o
Man el Jose Das Soa es Costa
Manuel Maria Mo e a
Margarida Borges de Car alho
Ma a Assunao Andrade E te e
Ma a Lu sa Lour nço Fer eira
Ma a Manuela A i ar More
Mary Patric a Pinhe ro Co re a La a
Ma io Fe rei a Ba tos Raposo
Mario Jorge Belo Maciel
Mario Jul o Montal ao Ma hado
Mario de Ol e a Mendes dos Santos
Mateus Manuel Lopes de B to
Miguel Bento M da C de Macedo e S l i
Mguel Fernand C d M a d R l i
Nuno F anc sc F Dele ue Al m de Mato
N o Mguel S Fe e a Sil i

Paulo Manuel Pacheco Silva
 Pedro Manuel Cruz Roseta
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes
 Rui Alberto Limpo Salvada
 Rui Gomes da Silva
 Valdemar Cardoso Alves
 Vasco Francisco Aguiar Miguel
 Virgílio de Oliveira Carneiro
 Vítor Pereira Crespo

Partido Socialista (PS)

Afonso Sequeira Abrantes
 Alberto Arons Braga de Carvalho
 Alberto Manuel Avelino.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alberto de Sousa Martins
 António de Almeida Santos
 António Carlos Ribeiro Campos
 António Fernandes Silva Braga
 António Magalhães da Silva
 António Manuel C. Ferreira Vitorino
 António Miguel Moais Barreto.
 António Poppe Lopes Cardoso
 Armando António Martins Vira
 Carlos Cardoso Lage
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Edmundo Pedro
 Francisco Fernando Osório Gomes
 Helena de Melo Torres Marques
 Jaime José Matos da Gama
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Eduardo Coelho Feiraz de Abreu
 João Rosado Correia
 João Rui Gaspar de Almeida
 Jorge Fernando Branco Sampaio
 Jorge Lacão Costa
 José Apolinário Nunes Portada
 José Barbosa Mota
 José Carlos P. Basto da Mota Torres
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Florêncio B. Castel Branco
 José Manuel Lelo Ribeiro de Almeida
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Luís Geordano Santos Covas
 Manuel Alfredo Tito de Moraes
 Manuel António dos Santos
 Maria Ana Silva Medeiros
 Maria Julieta Ferreira B. Sampaio.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia
 Raul d'Assunção Pimenta Rêgo
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Vítor Manuel Caio Roque

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Favas Brasileiro
 Ana Paula da Silva Coelho
 António José Monteiro Vidigal Amaro
 António da Silva Mota
 Apolónia Maria Pereira Teixeira
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 Carlos Alfredo Brito
 Carlos Campos Rodrigues Costa.
 Cláudio José dos Santos Percheiro
 Fernando Manuel Conceição Gomes
 Ieronimo Carvalho de Sousa

João António Gonçalves do Amaral
 Jorge Manuel Abreu Lemos
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida
 José Manuel Santos Magalhães.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel Loureiro Roque.
 Manuel Anastácio Filipe.
 Manuel Rogério Sousa Brito
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria de Lourdes Dias Hespanhol
 Octávio Augusto Teixeira
 Rogério Paulo S. de Sousa Moreira

Partido Renovador Democrático (PRD)

António Alves Marques Junior
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho
 José Carlos Pereira Lilaia
 José da Silva Lopes.
 Natália de Oliveira Correia
 Rui José dos Santos Silva

Centro Democrático Social (CDS):

Basílio Adolfo de M. Horta da Franca
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):

Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

Deputados Independentes

João Cerveira Corregedor da Fonseca
 Raul Fernandes de Moraes e Castro

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, antes de iniciarmos o debate da proposta de resolução n.º 8/V — Aprova para ratificação uma emenda relativa aos Estatutos do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) —, o Sr. Secretário vai dar conta de um diploma que deu entrada na Mesa

O Sr. **Secretário** (Reinaldo Gomes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados Deu entrada na Mesa o projecto de lei n.º 306/V, apresentado pelos Srs. Deputados Carlos Lilaia e outros, do Partido Renovador Democrático — Estabelece o regime destinado a fazer face aos problemas resultantes do duplo pagamento de impostos em 1989, em consequência da entrada em vigor do novo regime especial —, que foi admitido e baixou à 5.ª Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Peço ainda ao Sr. Secretário para ler o parecer e proposta de resolução da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação.

O Sr. **Secretário**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados O parecer é do seguinte teor.

Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação

Parecer e proposta de resolução

A Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação da Assembleia da República, tendo apreciado a mensagem de

S E o Presidente da República e n que solicita o assentimento para se deslocar em viagem de carácter oficial a Paris entre os dias 5 e 10 do próximo mes de Novembro apresenta ao Plenário a seguinte proposta de resolução

Nos termos do nº 1 do artigo 132 da Constituição a Assembleia da República do assentimento a viagem de carácter oficial de S Ex^o Presidente da República a Paris entre os dias 5 e 10 do próximo mes de Novembro

Palacio de Sao Bento 27 de Outubro de 1988 — O Presidente da Comissão *Manuel Joaquim Das Loureir*

O Sr **Presidente** — Srs Deputados amos proce

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade

Srs Deputados amos entrar na discussao da proposta de resolução nº 8/V que aprova para ratificação uma emenda relativa aos Estatutos do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

Ten a palavra o Sr Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças

31

O Sr **Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças** (Far de Oliveira) — Sr Presidente Srs Deputados Cabe n e em nome do Governo introduzi perante esta Assembleia a proposta de resolução nº 8/V que aprova para ratificação a emenda introduzida na alínea a) do artigo 8 dos Estatutos do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento a que habitualmente chamamos Banco Mundial

Trata-se de materia de linear singeleza. Com efeito trata-se tao so de nquele disposto dos Estatutos modificar a regra da exigencia de votos para aprovar as alteracoes nele introduzidas. Assim o ide ate agora e equeriam 80% dos votos corodantes e por dentes a te quitos do Estados membros do Banco passara a e gir se uma maior a de 85% dos votos que pe façam o mesmos testes quitos das acoes da instituicao

Do ponto de vista do interesse nacional a alteracao e nocua. Portugal detem 0.4% do capital do Banco Mundial e no que concerne ao poder de voto assistem nos 0.42% no total dos votos dos membros do Banco. Paralelamente pertence o nosso pais com aqueles direitos a um grupo de voto que integra a Italia com 2.62% das acoes e 7.53% do poder de voto a Grecia com 0.12% das acoes e 0.15% do poder de voto e Malta com 0.08% das acoes e 0.11% do poder de voto

A este grupo que e com m ao Banco Mundial e ao Fundo Monetario Internacional cabe designar a Italia um administrador do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e outro para o Fundo Monetario Internacional a Grecia um administrador suplente para o Fundo Monetario Internacional a Portugal um administrador suplente do Banco Mundial e a Malta nacional assiste o direito de exercer qualquer destas funcoes

O a como e ob o da alteracao que o Governo propoe a Camara que apro e para a alteracao nao re

para Portugal qualquer modificacao do *status quo* pois nao aumenta nem diminui o poder de voto como tambem nao e alterado para a maioria ou para menos o nosso direito de designar um administrador suplente para o Banco Mundial

Na realidade da alteracao que a assembleia de go e nadores pretende introduzir na lei fundamental do Banco apenas parece resultar pela maior dificuldade de se conseguir uma tao grande maioria qualificada para futuramente a modificar uma maior estabilidade dos estatutos da instituicao

Portanto afigura-se nos que a medida agora submetida a nossa apreciação apenas beneficiaria os pequenos accionistas como Portugal isto que continuando pela sua dimensao e poder de voto restringidos nas suas possibilidades de promover alteracoes aos Estatutos do Banco em contrapartida erao valorizada a importancia do eu pe o e n acoes e votos pelo maior interesse que por parte dos maiores accionistas ha era em conseguir o seu consenso e o seu apoio quando se propo nam iniciar um processo de alteracao aos Estatutos

O a nestas circunstancias e num ambiente de permanentes negociacoes como e o da politica economica internacional podera e eventualmente facultar-se aos pequenos accionistas algumas vont apartidas em outras areas do seu interesse

Por isso Sr Presidente e Srs Deputados o Governo propoe a VV Ex^a que apro em para ratificação a alteracao/emenda a alinea a) do artigo 8 (aprovada na assembleia de go ernadores do Banco realizada em Washington a 30 de Julho de 1987) que modifica de 80% para 85% a maioria necessaria para introduzir mudancas no texto do Estatutos do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

Aplausos do PSD

O S **Presidente** — Para pedir escla ecimentos tem a palavra o Sr Deputado Octavio Teixeira

O S **Octavio Teixeira** (PCP) — O Sr Secretário de Estado referiu na sua intervencao que a alteracao proposta e de uma linear singeleza mas ai perdoar-me porque julgo que se esqueceu foi de explicar qual e a linear singeleza da emenda. Parece-nos que a que tao nao e de ser necessaria uma maioria maior a porque em termos de percentagem de voto a maioria maior passa de 80% para 85% mas em termos de numero de paises continuam a ser necessarios os mesmos

Isto e parece-me que so ha alteracao de um pais e por isso julgo que ateria a pena que o Sr Secretário de Estado clarificasse qual e a linear singeleza. E que a ter o mente ao ultimo aumento de capital os Estados Unidos detinham mais de 20% do capital social logo sem os Estados Unidos todos os paises e poderiam juntar que nao ha ia alteracoes

Contudo os Estados Unidos no ultimo aumento de capital esol e nao acompanhar des g ad me te o Japao no aumento que fez ficando com menos de 20% do capital e portanto ja era possivel que todos os outros paises se juntassem e obtissem os votos necessarios para fazer alteracao sem os Estados Unidos que por isso sentiu a necessidade de exigir uma maioria que e impossivel obter sem estes paises

O meu pedido de esclarecimento é para saber se, de facto, é essa a linear singeleza ou não? Isto é, a alteração resulta exclusivamente do facto de os Estados Unidos pretenderem manter o seu direito de voto na alteração dos Estatutos?

Sr. Secretário de Estado, e esta a interrogação que lhe coloco

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

O Sr. **Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças**: — Srs. Deputados, a alteração da percentagem de voto agora em apreciação está, de facto, ligado ao realinhamento da posição accionista de alguns países membros do Banco Mundial e, nomeadamente, tem a ver com a diminuição de percentagem de voto dos Estados Unidos, que passou de 19,7% para 18%

A emenda foi aprovada pela assembleia de governadores e a linear singeleza consiste em que, efectivamente, esta alteração limita-se a alterar de 80% para 85% o número de votos necessários para que três quintos dos Estados membros aprovem alterações aos Estatutos. É evidente que se a assembleia de governadores aprovou esta medida por proposta dos Estados Unidos, que tem um peso importante na instituição, pois é o maior accionista e o maior contribuinte da instituição, é evidente que os pequenos países, como Portugal, praticamente não têm capacidade — aliás, devo ainda dizer que esta emenda foi aprovada na assembleia de governadores pela totalidade dos votos presentes

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. **João Cravinho (PS)**. — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A proposta de resolução que o Governo apresenta vai ter o voto favorável do PS não por ser uma proposta de grande relevância para o País, como diz o Sr. Secretário de Estado, mas porque se limita, pura e simplesmente, a redobrar o que já existia, e como o PS, em ocasião anterior, não colocou qualquer questão nesta matéria, é evidente que também não a põe agora

Portanto, e por uma razão oposta à que o Sr. Secretário de Estado nos apresentou e pelo facto de esta matéria não ser relevante para o País que votaremos favoravelmente a proposta, dentro do contexto de confirmação de uma atitude anteriormente tomada pelo PS, ou seja, a de não ter questionado este ponto.

Dito isto, quero aproveitar a presença do Sr. Secretário de Estado, embora esta matéria seja da competência da Assembleia da República, para solicitar que um dia se faça um debate sobre um tema que tem relevância para o País e em relação ao qual o País tem qualquer coisa a dizer.

As instituições financeiras internacionais, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, estão no centro de um grande realinhamento das relações internacionais.

Todos nós sabemos o papel que o Fundo Monetário Internacional tem desempenhado — tivemos experiências directas no nosso país —, sabemos a importância da sua intervenção por esse mundo fora, sabemos que tem havido uma evolução muito considerável da posi-

ção do Banco Mundial quanto aos problemas da correcção estrutural dos défices e sabemos também, pois hoje é do conhecimento geral, que o Fundo Monetário Internacional, embora aplicando-se à universalidade dos seus membros, em teoria, na prática nada mais é que uma instituição que policia os problemas da dívida dos países do Terceiro Mundo.

Sucede que esta situação internacional é explosiva, sucede que tem estado em discussão, há dois, três, quatro anos, no centro de debate internacional, sucede que há várias propostas, várias ideias — umas mais de corredor e outras mais oficializadas — para atacar este problema, sucede que o nosso país, neste caso, tem uma experiência de saber feito e alguma influência e algum interesse relativamente a países que estão no centro do debate da dívida ou que, de uma maneira particular — como é o caso da África subsariana —, se ressentem extraordinariamente dos problemas da evolução internacional recente.

Em relação a tudo isto, qual é a posição do nosso país? O que tem feito o nosso país?

Aqui é que o nosso país tem uma posição relevante a tomar, não pelo peso dos seus 0,42% de votos, mas pela sua particular posição no xadrez internacional, pela sua experiência, pelo seu conhecimento directo, pela sua influência política real — e refiro-me à influência do País e não do Governo, como se tem dito.

Que posição tem tomado o Governo quanto a este assunto? Por exemplo, esta Câmara tem sido posta entre parêntesis. Estamos habituados!

Gostáramos de dizer, no entanto, ao Sr. Secretário de Estado que, quando o Governo entende, por razões inclusivamente de compulsão legal, que deve vir aqui a esta Assembleia com problemas do Fundo Monetário Internacional, com problemas do Banco Mundial, com problemas das relações internacionais financeiras, deve dar-nos cumprimento de qual é, afinal, a sua posição nestas matérias.

Isto que aqui está, embora sendo obrigatório, é de facto muito pouco, porque não tem relevo para o nosso país.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira

O Sr. **Octávio Teixeira (PCP)**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A proposta de emenda que nós é presente pelo Governo não tem qualquer incidência directa sobre a posição de Portugal no Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento. Digamos que, por aí, não haveria qualquer razão pretendida pelo Governo até porque Portugal mantém a posição que já tinha anteriormente.

No entanto, existe, nesta proposta de emenda, do nosso ponto de vista, uma questão de princípio, que tem a ver com a democratização do funcionamento das instituições internacionais.

Não nos parece razoável, do nosso ponto de vista não é aceitável, que organizações institucionais e internacionais, com o peso e a relevância que têm um Banco Mundial ou um Fundo Monetário Internacional, estejam sujeitas ao direito de veto de quem quer que seja. Não é admissível que um país possa ter um direito de veto.

Os Estados Unidos da América contribuem financeiramente, com o montante que julgam que devem con-

tributo para o BIRD ou para o Fundo Monetário Internacional como o Japão e a República Federal da Alemanha ou qualquer outro país. O facto de entre nós nessa situação — uma contribuição que é feita de livre vontade — não pode dar a nenhum deles o direito de veto.

Neste caso cometo como há pouco foi confirmado pelo Secretário de Estado — e ela é de facto linear e evidente — nada destinase a manter uma posição de facto dos Estados Unidos da América, o que deixou de ter durante um período relativamente pequeno, o período transitorio que do passado do 25% de capital para os 197%.

Agora, pelo qualquer receio — eventualmente pelo aumento do poder financeiro do Japão e da República Federal da Alemanha — os Estados Unidos resolveiam depois do seu direito de veto.

Faço esta situação, vamos votar contra a proposta do artigo 8/V. Como referi anteriormente, não os de agora que já aceita o que um único país tem a dizer de facto em qualquer uma das instituições actualmente designadamente naquelas que tem um peso financeiro como é o caso do Banco Mundial ou do Fundo Monetário Internacional.

O Sr. **Presidente** — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Belarmino Correia.

O Sr. **Belarmino Correia** (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Deputado. O Governo enviou esta Assembleia da República a proposta de resolução 8/V que, a meu sentir, dá ratificação desta Assembleia à emenda da alínea a) do artigo 8.º dos Estatutos do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento.

Esta proposta de resolução é nos apresentada em virtude de os accionistas dos países membros do referido Banco, atenta a decisão dos governadores terem decidido e aprovado em 30 de Junho de 1987 a mudança de poder de voto que altera a emenda aos Estatutos da percentagem de 80% para 85%.

Esta emenda tem a efectuação se o Banco (por carta circular ou telegrama) perguntar a todos os seus membros se aceitam a emenda proposta.

Se três quintos dos membros que dispunham de 85% do total dos votos aceitarem as emendas propostas, o Banco o fará a decisão e comunicá-la a todos os seus membros.

As emendas entrarão em vigor para todos os membros três meses depois da data da comunicação formal do Banco, excepto se na carta circular ou telegrama se fixar um prazo mais curto [conforme dispõe a alínea b) do referido artigo 8.º].

Em face do realinhamento e das posições dos accionistas do BIRD, dados os objectos prosseguidos pelo Banco, definidos no artigo 1.º e dado que a emenda proposta permite a um maior número de associados, podemos manter a posição do PSD, atenta a decisão do Grupo Parlamentar, votando a favor da emenda proposta de resolução 8/V.

Aplausos do PSD

O Sr. **Presidente** — Sr. Deputados, antes de dar o uso da palavra ao Sr. Deputado Narana Coissoro para a intervenção — alás e a e a última inscrição que temos na Mesa — gostaria, embora seja de conhecimento geral de elegerem que na próxima quarta

fevereira das 17 horas estará o hemisfério. Sr. Ex.º Sr. Presidente do Governo de Espanha, Felipe Gonzalez. Há um programa elaborado para a sessão que é, aliás, conhecido por todos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoro.

O Sr. **Narana Coissoro** (CDS) — Sr. Presidente, Sr. Deputados, Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças. O CDS vai votar a favor da emenda proposta porque o que aqui se trata é de pôr a hipótese da Assembleia da República no exercício da sua competência exclusiva.

Depois de ouvirmos as explicações do Sr. Secretário de Estado, parece-nos que o facto de o governo já ter aceite em princípio esta emenda e o Governado do Banco de Portugal também não ter isto qualquer impedimento em a aceitar, já era garantia suficiente de que os interesses do nosso país não estão prejudicados.

Também nada nos leva a dizer que de agora em diante conta a emenda porque a Assembleia ganhou o seu direito de veto. O que os outros fazem não nos diz respeito, não ser que este poder acrescido ou reconquistado da América não trouxesse qualquer prejuízo, por nessa altura tínhamos de pensar duas vezes. Portanto, não me parece que este seja o caso, nada temos contra os direitos da América. Portanto, votamos a favor da emenda.

O Sr. **Presidente** — Tem a palavra o Sr. Deputado João Craíinho.

O Sr. **João Craíinho** (PS) — Sr. Presidente, Sr. Deputados. Gostaria que o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças — que neste momento costuma responder directamente às questões que lhe são colocadas e faz-lo sempre com toda a lisura — se fizesse, em relação a aquela matéria que me inquieto, o Governo tem algo a dizer agora ou noutra circunstância? Admito que não seja agora.

O Sr. **Presidente** — Para a formulação dos pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

O Sr. **Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças** — Sr. Deputado João Craíinho, a partir da participação de Portugal em organizações internacionais de carácter particularmente relevante, não seja o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc., tem vindo a ser objecto da maior atenção por parte do Governo Português.

Estamos completamente de acordo em que Portugal tem um papel particularmente importante a desempenhar no domínio da cooperação com todos os países do mundo, mas em particular com aqueles com quem está mais relacionado, como é o caso dos países de língua portuguesa e dos países africanos em geral.

Dentro das próprias instituições temos desenvolvido um conjunto de acções tendentes a defender as nossas antigas comparações, em relação a um posicionamento internacional que para nós é extremamente relevante. Assim, no Banco Mundial, para além da presença do nosso administrador suplente, em termos permanentes e da presença de alguns técnicos que tem

vindo a integrar a missão e várias comissões do Banco Mundial, tem-se feito um esforço no sentido de levar ao conhecimento da instituição as nossas capacidades de cooperação e colaboração no domínio da investigação e da realização de projectos, nomeadamente nas áreas onde estamos com mais à vontade e com boa capacidade de desenvolvimento

No Banco Africano de Desenvolvimento também temos vindo a fazer grandes esforços para aumentar a nossa capacidade de intervenção nos projectos de desenvolvimento em África que são financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

No Banco Interamericano de Desenvolvimento também têm vindo a ser desenvolvidos alguns contactos no sentido de podermos aproveitar melhor a nossa qualidade de membro e a nossa capacidade de cooperação com países com quem mantemos relações há muitos séculos.

Trata-se, pois, de matéria que está sempre presente na acção governativa, que tem vindo a ser progressivamente incrementada, que será certamente objecto de uma reflexão mais aprofundada e de um conjunto de acções que nos permitam tirar o melhor partido de participações que, do ponto de vista do interesse nacional, julgo que são incontestáveis e extremamente relevantes

Numa próxima oportunidade teremos o maior prazer em conversar mais detalhadamente sobre este assunto e trocar impressões com as bancadas da oposição, porque esta matéria e, de facto, de grande relevância

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho

O Sr. **João Cravinho (PS):** — Simplesmente, Sr. Secretário de Estado, para lhe dizer que me ficou a dúvida sobre se o Governo tem alguma posição sobre a dívida dos países em desenvolvimento. O Sr. Secretário de Estado um dia dirá!

O Sr. **Presidente:** — Como não há inscrições, está encerrado o debate da proposta de resolução n.º 8/V, pelo que, se não houver objecções, passamos à respectiva votação

Submetida a votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD, do PS, do PRD e do CDS e votos contra do PCP e dos deputados independentes Raul Castro e João Corregedor da Fonseca

Srs. Deputados, antes de dar por terminada a sessão, como aliás já é do conhecimento geral, informo que a próxima sessão terá lugar quarta-feira, dia 2 de Novembro, às 15 horas. Nessa sessão haverá período de antes da ordem do dia e do período da ordem do dia constará a discussão da proposta de lei n.º 70/V, que autoriza o Governo a legislar para a aprovação dos Estatutos da Casa do Douro e respectivo regulamento eleitoral.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão

Em 11 horas e 10 minutos

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Carlos Manuel Oliveira da Silva
Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Álvaro José Rodrigues Carvalho
Carlos Matos Chaves de Macedo
Fernando Dias de Carvalho Conceição
Flausino José Pereira da Silva.
Jaime Carlos Marta Soares
José Manuel Rodrigues Casqueiro
Manuel Albino Casimiro de Almeida
Manuel da Costa Andrade
Maria da Conceição U. de Castro Pereira.
Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho
Rui Manuel P. Chancerelle de Machete

Partido Socialista (PS):

António José Sanchez Esteves
António Manuel de Oliveira Guterres
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damião Vieira
Fernando Ribeiro Moniz
Hélder Oliveira dos Santos Filipe
João Barroso Soares.
Jorge Luís Costa Catarino
José Luís do Amaral Nunes
José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos
José Manuel Torres Couto
José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
Manuel Alegre de Melo Duarte
Maria Helena do R. da C. Salema Roseta
Maria Teresa Santa Clara Gomes.
Mario Manuel Cal Brandão
Raul Manuel Bordalo Junqueiro.
Vitor Manuel Ribeiro Constâncio

Partido Comunista Português (PCP)

Domingos Abrantes Ferreira
Maria Luísa Amorim
Maria Odete Santos

Partido Renovador Democrático (PRD)

Miguel António Galvão Teles

Partido Democrático Social (CDS)

Adriano Jose Alves Moreira
Jose Luis Nogueira de Brito

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV)

Herculano da Silva P. Marques Sequeira

A REDACTORA, *Cacilda Nordeste*

DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal 8818/85

IMPrensa Nacional-Casa da Moeda e P

AVISO

Por ordem superior e para constar comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tenham aposta a competente ordem de publicação assinada e autenticada com selo branco



PORTE
PAGO

1 — P d pag p d 4\$50 p ç p
l h d 93\$

2 — Par ss t d D d d Assembl d
R p bl p f d d t será mpe ee did d
J De mb d cad O m p bl cad m
N emb Dezemb d an ant q mpletam l gis
l t a dq rid p eç d pa
Ob i ic f l d

3 — O p azo d ecl maçã d falt d D d d R p
bl pa t t g õ tó mas estrang ir sã
pectu am t d 30 90 d à data da p blicaçã

PREÇO DESTE NUMERO 36\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex